



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI 1/2025

Instituí o Comitê Municipal de Atenção ao Migrante e Refugiado no Município de Corumbá (COMIRE- CRBÁ).

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL APROVA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º Fica instituído o Comitê Municipal de Atenção ao Migrante e Refugiado no Município de Corumbá (COMIRE- CRBÁ), de caráter intersetorial e interinstitucional, sob coordenação da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social, com a finalidade de articular e propor a estratégia de atenção ao migrante e refugiado na rede de serviços, equipamentos e políticas públicas municipais, bem como implementá-la, monitorá-la e avaliá-la.

Art. 2º São atribuições do COMIRE- CRBÁ:

- I - propor a estratégia municipal de atenção ao migrante e refugiado, observada a situação de apátrida, das vítimas de tráfico de internacional de pessoas e da mobilidade humana internacional, na rede de serviços, equipamentos e políticas públicas no Município;
- II - estimular a criação de políticas públicas voltadas às pessoas imigrantes e refugiadas no âmbito municipal e acompanhar a sua implementação;
- III - propor e articular parcerias com instituições governamentais e da sociedade civil, voltadas ao atendimento, acolhimento e integração da população migrante e refugiada no Município de Corumbá, observada a situação de apátrida e da mobilidade internacional;
- IV - promover a formação e capacitação permanente de agentes públicos e atores sociais para o atendimento, acolhimento e integração local de migrantes e refugiados;
- V - receber denúncias de violação dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas, apátridas e em mobilidade internacional, e encaminhá-las às autoridades competentes;
- VI - reunir, atualizar, estimular estudos e pesquisas e documentos orientadores sobre as migrações internacionais;
- VII - estimular e apoiar a realização de debates, fóruns, seminários e outros eventos que visem ao atingimento das finalidades do Comitê Municipal de Atenção ao Migrante e Refugiado de Corumbá;
- VIII - estimular a auto-organização das associações de migrantes e refugiados, bem como promover a participação de migrantes e refugiados nos espaços na elaboração, acompanhamento, execução e monitoramento das políticas públicas.

Art. 3º A atuação do COMIRE- CRBÁ observará os seguintes princípios e diretrizes:

- I - promoção e garantia da igualdade da população migrante em relação aos nacionais e combate a qualquer forma de discriminação;
- II - participação do migrante nos espaços na elaboração, acompanhamento, execução e monitoramento das políticas públicas;





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

- III - garantia de acesso a direitos independente da condição migratória e facilitação documental, considerando a condição atípica da população migrante e do refugiado;
- IV - acesso à assistência social, habitação e abrigo;
- V - acesso à educação e garantia da educação inclusiva, com respeito à diversidade, e acesso ao ensino do português como língua de acolhimento, com respeito à interculturalidade;
- VI - acesso à saúde integral, lazer e esporte, respeitada a diversidade cultural;
- VII - valorização e incentivo à diversidade cultural;
- VIII - promoção de atendimento multilíngue nos serviços públicos, inclusive nos seus protocolos e formulários de atendimento, garantindo a acessibilidade linguística;
- IX - promoção da reunião familiar;
- X - acesso à informação dos serviços públicos e serviços específicos prestados à população migrante;
- XI - estímulo e promoção a atividades de associativismo, cooperativismo e micro empreendedorismo para população migrante;
- XII - promover acesso ao trabalho e renda;
- XIII - garantia da bancarização;
- XIV - acolhimento humanitário;
- XV - proteção especial a migrantes e refugiados idosos, mulheres, crianças e LGBTQIA+;
- XVI - observância dos princípios e garantias estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017, Lei Federal nº 9.474, de 22 julho de 1997 e nos regimes jurídicos internacionais de proteção da pessoa migrante, refugiada e deslocada.

Art. 4º O COMIRE- CRBÁ será composto por um membro titular e uns suplentes representantes de cada um dos órgãos da Administração Pública Municipal, instituições públicas e sociedade civil abaixo descritas, assegurados três titulares e três suplentes dentre migrantes e refugiados:

- I - Secretaria de Município de Desenvolvimento Social;
- II - Secretaria de Município da Saúde;
- III - Secretaria de Município da Educação;
- IV - Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- V - Secretaria de Município de Cultura;
- VI - Polícia Federal;
- VII - Defensoria Pública da União;
- VIII - Ministério Público Federal;
- IX - Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores;
- X - Comissão de Políticas Públicas da Câmara de Vereadores;
- XI - Cáritas Arquidiocesana de Corumbá;
- XII- Migrantes e/ou Refugiados;

§ 1º Os membros previstos no inciso XI serão escolhidos em assembleia designada para tal finalidade.

§ 2º Os órgãos, instituições e entidades referidos nos incisos I ao X indicarão o representante titular e suplente, que poderão ser substituídos a qualquer tempo.

§ 3º Os integrantes do COMIRE serão nomeados por Portaria e a representação não dá direito à percepção de qualquer espécie de remuneração ou subsídio, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Comitê.

§ 4º Compete à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social, no prazo de 60 dias da vigência do presente





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

Decreto Executivo, solicitar as indicações das representações e designar assembleia pública nos termos do § 1º do art. 4º.

Art. 5º O Regimento Interno do COMIRE deverá ser elaborado no prazo de 6 (seis) meses após a posse dos membros.

Art. 6º Todas as reuniões do COMIRE serão abertas à participação de quaisquer pessoas interessadas.

Art. 7º Este Decreto Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CORUMBA/MS, 18 de Fevereiro de 2025

Yussef El Salla
2º Vice-presidente(a)

